



Anais da Assembléia

N.º 151

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 232.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1977 SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Otássio Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDAS:

Emendas à Proposição número 537/77

“o parágrafo 5o. do Art. 41 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

A Procuradoria do Estado, junto ao Tribunal de Contas, é constituída por procuradores, com as mesmas garantias dos auditores, nomeados pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos.”

“O artigo 147 da Constituição Estadual, passa a vigorar com a seguinte redação:

Cessada a investidura no cargo de Governador, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício, igual ao vencimento do cargo de desembargador.”

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977

(a) Aguinaldo Pereira Lima.

Emendas à Proposição número 537/77
de Emendas à Constituição.

Acrescente-se ao parágrafo segundo, do artigo 24, da Proposta número 537/77, entre o vocábulo, “recebimento” e o conectivo “e”, a expressão abaixo, que ficará entre vírgulas:

..., em duas sessões, ...

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977.

(a) Muggiati Filho.

Emenda à Proposta de Emenda Constitucional no. 537/77
Suprima-se, digo, Substitua-se a expressão “AD-REFERENDUM” da ... por ... mediante autorização da ..., no § 11, do artigo 41, da Proposição.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977.

Emendas à Proposição No. 537/77, de
Emendas à Constituição Estadual.

ADITE-SE:

O inciso XVI, do Artigo 22, da Proposição número 537/77, fica acrescido da oração seguinte, substituído o pont final por uma vírgula:

(....) observado o disposto no inciso I, do artigo 16.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977.

(a) Muggiati Filho.

Emenda à Proposição no. 537/77,
de Emendas à Constituição Estadual.

SUBSTITUA-SE no parágrafo quarto do art. 41, da Proposição 537, a expressão:

... “independente de” ... por — ... após ...

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977

(a) Muggiati Filho.

Emenda à Proposição 537/77,
de Emenda Constitucional

o Artigo 106 fica acrescido do § segundo com a seguinte redação:

Lei complementar estabelecerá o número de Vereadores às Câmaras Municipais.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977.

(a) Muggiati Filho.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Senhor ÂNGELO FAGUNDES, ocorrido dia 11 do corrente mês, na cidade de Castro.

Tronco de tradicional família, o extinto prestou inestimáveis serviços em favor do município, tendo seu passamento enlutado a família castrense.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977

(a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. BERNARDO PUSCH JUNIOR, ocorrido em data de 12 do corrente mês.

Pertencente a tradicional família castrense, foi o extinto um dos mais destacados médicos daquele município, além de ter sido figura de grande destaque nos meios políticos e sociais na cidade de Castro.

Sua morte abre grande lacuna na vida da cidade, que chorou seu desaparecimento pelos inestimáveis serviços que prestou

e pelo espírito humanitário que sempre o caracterizou como médico.

São essas as razões do pedido que ora formulamos e que estamos seguros receberá o apoio incondicional desta Casa.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977

(a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Projeto de Lei no. 63/76, de minha autoria, que propõe a criação do Município de Maria Helena, foi irregularmente anexado ao Projeto de Lei no. 136/75, com o qual o Deputado Antônio Facci propõe idêntica medida.

A anexação foi requerida pelo Sr. Deputado Accioly Neto, na ocasião Presidente da C.C.J. e relator de ambas as proposições (fls 42 e 45), com fundamento no Art. 126 do Regimento Interno.

O dispositivo regimental referido, se realmente ampara o pedido, não respalda, contudo, o procedimento adotado para se alcançar a anexação pretendida.

Pelo contrário, o art. 126 foi integralmente desatendido, pois determina que a anexação deverá ser decidida pela Assembléia, isto é, pelo PLENÁRIO, o que não ocorreu, pois a união dos projetos resultou de simples despacho do então Presidente da Casa, Deputado Paulo Camargo. (fls 45, verso)

Comprovada a irregularidade da anexação, requeiro da Presidência que os Projetos de Lei, números 63/76 e 136/75, voltem a tramitar separadamente, respeitada, contudo, a decisão Plenária de aprovar os Projetos em 1a. Discussão.

Desde logo requeiro, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei número 63/76, por ser o que melhor atende aos anseios das comunas e populações interessadas.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977

(a) Wilson Fortes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se aos ilustres representantes paranaenses no Congresso Nacional, bem como os Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, emprestando o integral apoio desta Casa à Moção número 03 (três) apresentada pela Associação Comercial de Maringá, na XXV Reunião Plenária das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Foz do Iguaçu deste Estado, visando a não aprovação da chamada Lei dos Cultivares, por não atender os interesses das empresas nacionais e tão pouco da agricultura brasileira.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei número 162/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — É proibida a publicidade que estimule o consumo de bebidas alcoólicas e fumo, nas margens das rodovias estaduais, bem como no interior dos veículos concessionários de transporte coletivo que trafeguem pelo Estado do Paraná.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor, aos cento e oitenta dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Totalmente desnecessário enumerar as condições nocivas à saúde humana e a moral social a que conduzem o estímulo indiscriminado que se faz do fumo e das bebidas alcoólicas.

Para isso, muito tem contribuído a intensiva e ostensiva publicidade que se faz destes dois inimigos da saúde humana.

A verdade é que revelações científicas, atestam não só uma série de doenças oriundas da ingestão de bebidas alcoólicas e do consumo de cigarros bem como a redução da própria vida, das pessoas vítimas destes vícios.

Nos países mais civilizados é comum, na própria carteira de cigarro, ou garrafa de bebida, constar o aviso de que o fumo ou alcool são prejudiciais à saúde.

Sem dúvida, tal medida é justificada pela permanente presença do Estado como agente disciplinador da conduta humana e das condições de saúde da população, que como bem público indisponível, cabe ao Estado o legítimo interesse de guardar e até a obrigação de proteger.

Objetiva pois a lei, dentro da esfera de possibilidade que tem o Estado do Paraná e de sua competência, em síntese, proteger a saúde pública.

Projeto de Lei número 163/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica criada, no Município de Paranavai, uma Escola Técnica Agrícola, e o Poder Executivo autorizado a proceder a sua instalação, promovendo o seu funcionamento a partir de 1.978.

Art. 2o. — O Chefe do Poder Executivo, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias da publicação desta Lei editará regulamentação e demais atos complementares necessários à consecução do objetivo aqui fixado, definindo a vinculação da Escola à Secretaria de Estado competente.

§ Único — Fica fixada a localização da Escola, na Reserva do Estado, situada naquele município, definindo-se sua extensão, área e demais complementações através da regulamentação prevista neste artigo.

Art. 3o. — Serão adotadas pelo Poder Executivo as providências cabíveis no sentido de prover na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1978, os recursos necessários para sua instalação e funcionamento.

Art. 4o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1977

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

É objeto do presente plano de lei, a criação de uma Escola Técnica Agrícola no Município de Paranavai, atendendo as necessidades apresentadas por uma das regiões que apresenta maior potencialidade agro-pecuária em nosso Estado.

Paranavai é sede da Micro-Região de número 10 do Paraná e é centro polarizador do Noroeste do Paraná, influenciando social e economicamente em cerca de 50 outros prósperos municípios, além da emergente região sul-matogrossense.

A Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná — AMUNPAR — que tem sua sede em Paranavai, congrega 23 importantes comunidades que totalizam uma área superficial de aproximadamente nove milhões de quilômetros quadrados e que abriga uma população de mais de trezentos mil habitantes, os quais, em sua maioria, dedicam-se a agricultura e a pecuária, pontificando no contexto econômico do Estado, com considerável parcela de contribuição para afirmação do processo de desenvolvimento paranaense.

A agro-pecuária - sabe-se - existente e praticada, tem resultado excelentes produções, todavia, lograr-se-ia substancial aumento de produtividade, se objeto de orientação e correção técnica.

Por outro lado, é inegável que uma Escola Técnica Agrícola, instalada na chamada Capital do Noroeste polarizará, sem dúvida, os interesses da juventude estudiosa de toda a área.

É mister salientar ainda, a existência do monumental Parque de Exposições mantido pela Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, que, ao longo dos anos de seu funcionamento,

atinge sobejamente suas finalidades, mostrando ao Brasil e até mesmo ao Exterior, os auspiciosos resultados do labor incessante da gente do nosso Noroeste.

É de se convir inclusive, que o próprio Parque de Exposições, pela sua vasta estrutura comporta confortavelmente as instalações da Escola Técnica Agrícola.

O presente projeto de lei procura atender as normas legais que regem a iniciativa legislativa quando, criando a Escola, defere ao Governo do Estado, a prerrogativa de proceder a sua instalação, bem como pleiteia a inserção no próximo Orçamento do Estado, de recursos necessários para atender o seu funcionamento.

Há que se ter em vista também, que a região tem reivindicado uma Escola Técnica nesses moldes e, a comunidade de Paranavai já se pronunciou oficialmente, através do vereador José Paranhos de Mesquita, pleiteando na Câmara Municipal, a sua criação.

Finalizando, é de ressaltar que na própria área do Município de Paranavai encontra-se a Fazenda do Estado que também oferece as condições preliminares exigidas para funcionamento de campo de experimentação da Escola cuja instalação se pretende.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O desenvolvimento do Paraná tem sido dos mais acen tuados, a ponto de ser evidente o desequilíbrio do surto de progresso entre as regiões que o integram.

Antigamente, para o Norte Novo e Novíssimo eram carregadas as atenções da administração, na certeza de que aquela região seria o marco de uma veloz caminhada para o aumento do índice da produção agrícola, mais concentrada no café.

Hoje, novos horizontes de progresso são estimulados. O Governo estadual procura, através realizações meritórias, estimular o Norte Pioneiro, na certeza de que a diversificação da lavoura e o aumento da produção agrícola constituem imperativo do momento, como fonte de riqueza e garantia de maiores arrecadações.

Reconheço e aplaudo este esforço do Governo, mas é justo que me preocupe com a região que represento, a região litoral, onde a presença da administração se faz mais notada na área de transporte, energia e comunicações.

O litoral paranaense, no meu entendimento, não é só escoadouro da produção agrícola, pelo Porto de Paranaguá, e nem tão pouco região só de turismo.

Já diziam os nossos ancestrais: "Em se plantando, nesta terra generosa tudo dá".

As terras situadas no litoral paranaense estão praticamente inexploradas.

Os proprietários das pequenas áreas e dos sítios não possuem condições sócio-econômicas para, por iniciativa própria, iniciar e manter lavouras rentáveis.

Precisam de melhores condições de saúde e nutrição, pois a população rural ainda não conta com amparo suficiente para um melhor condicionamento físico que a capacite a um trabalho mais produtivo.

A vida, no meio rural, ainda é semi-primitiva.

Sem condições físicas e sem recursos financeiros, a região agrícola do litoral paranaense se restringe à produção nativa, quando, se convenientemente assistida, poderia ser novo celeiro de exportação, colaborando com a assertiva da propaganda de que "o importante é exportar".

Se o Brasil caminha pelos pés das crianças, eu tenho que dirigir apelo ao Governo do Paraná, pedindo assistência às crianças doentes e desnutridas do litoral paranaense.

Tenho que solicitar melhores condições de funcionamento ao Hospital de Crianças de Paranaguá, cujas instalações são precaríssimas, exigindo reformas e equipamentos.

Tenho que apelar ao ilustre Secretário de Saúde e Bem Estar Social, na esperança de que desenvolva uma programação de sua pasta, no campo físico e sanitário, na área rural do litoral paranaense, combatendo verminoses, desnutrição e focos de doenças.

Peço ao Governador Jayme Canet Junior a deflagração de um programa especial de desenvolvimento da agricultura de baixa renda, com assistência técnica e financeira aos pequenos produtores, com garantias de comercialização dos produtos a preços justos.

O litoral paranaense, como ponto de turismo ou área de produção, por enquanto é uma rica reserva, à espera de maior exploração.

A inteligência administrativa e a capacidade técnica do atual Governo está a aconselhar um surto de efetivas realizações na região do litoral, surto que eu acredito será imediatista, pois os homens de visão não esperam o amanhã.

Era este o nosso pronunciamento, Srs. Deputados

Sr. Presidente, anexo a esse pronunciamento, um requerimento que se aprovado for, pedimos que cópia desse nosso pronunciamento seja enviado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social.

Muito obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTASSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Diz um provérbio milenar: A Cesar o que é de Cesar, e desta Casa, sem maiores eufemismos e por analogia afirmamos: Ao povo o que é do povo.

No ano passado, quando foi anunciada a construção de um acesso em desnível para o Campus da Universidade de Londrina, através da Rodovia PR-72, conhecida como Celso Garcia Cid, vislumbramos por momentos a possibilidade de que estaria afastado em definitivo o perigo a que estavam expostos milhares de estudantes, devido ao cruzamento intenso de veículos naquele trecho, notadamente no período noturno, quando cerca de mil veículos enfileiram-se ao longo da avenida Faria Lima até a entrada do Campus.

A única opção, um acesso em nível que não oferece a mínima segurança, seria substituído pelo moderno viaduto, pensamos.

E com desgosto, ao passar no local semana passada, vimos o pouco que foi feito, um desperdício

Gastou-se inutilmente o dinheiro do povo.

Incompleta e interrompida, o que seria a solução para um grave problema que se estende há anos, pelo que vimos, vai continuar.

A obra que o DER fiscalizou e a empreiteira Plaenge construiu, não se tornou uma ponte, nem viaduto, muito menos um acesso.

Pasmem senhores, as escavadeiras, depois de já construído o pavilhão superior, encontraram a conhecida pedra-ferro no leito inferior da obra, o que impossibilitou por completo a continuidade da construção.

Restou uma obra perdida, iniciada ao sabor efusivo de um ano eleitoral.

O mais penoso, porém, é sentirmos que o dinheiro do povo mais uma vez se dilui em construções de ferro e cimento já condenados devido à imprevidência técnica que, pelo que parece, vem ofuscando a capacidade profissional e fiscalizadora não só do DER, como também a de outros departamentos governamentais.

E para confirmar o que dizemos, perguntamos: não foi no afã de se apresentar serviços ao povo que se construiu por

duas vezes tão precárias sedes do Detran de Londrina, na BR-369, que a um vendaval tudo veio abaixo, com enormes prejuízos para os cofres públicos e para aqueles que tiveram seus documentos perdidos?

E a responsabilidade, quem assume?

Tivemos a preocupação de verificar em diversas fontes o montante gasto na construção do acesso ao Campus, ora interrompida, sem maiores explicações ao povo e em particular aos que mais se interessam, os sete mil estudantes universitários e contingente numeroso de motoristas de caminhões, ônibus e diversos, os quais diariamente cruzam aquela passagem.

E aqui, em plenário, confessamos: devido às barreiras intransponíveis ao acesso às informações dos diversos órgãos do Governo Estadual, vimo-nos impossibilitados de colher tais dados.

Mas não esmorecemos diante dos impasses.

Humildemente, Senhor Presidente, eu como representante de uma vasta população deste Estado, venho neste momento e diante de tamanho descalabro aos interesses públicos, solicitar de V. Exa. depois da anuência do Plenário, que se envie ofício à diretoria do DER, no sentido de que aquele órgão tome as devidas providências".

O que nós verificamos em Londrina, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que se construía um viaduto.

Descobriu-se, posteriormente, depois da ponte ser construída, da impossibilidade de se continuar a obra porque ali se encontrou uma pedra ferro e para derrubar essa pedra, teriam que colocar dinamite que, por certo, rebentaria pontes.

De modo que esta obra está paralisada.

Construiu-se ali a sede do Detran.

O Detran nem inaugurou a sede, eis que desaba, Sr. Presidente.

São problemas assim que nós trazemos ao conhecimento desta Casa e encaminharemos ofício às nossas autoridades.

Sr. Presidente, a Liderança do MDB acaba de receber correspondência da cidade de Londrina, da Câmara Municipal, assinada pelo Secretário e pelo seu Presidente. Diz o Documento: (Lê)

"Excelência.

Londrina sofreu por inúmeras vezes o impacto de bárbaros crimes que, por estarem insolúveis, continuam intranquilizando a população.

Já se faz notar um clamor público inimaginável por causa de estrupos, sevícias, maus tratos horrorosos, massacres, estrangulamentos de mulheres etc., tais como a morte da menor e inocente Neila Ribeiro ocorrido em 1970, o das japonesas em 1973, o crime da Cervejaria, o do Babora, o de Elizabeth e tantos crimes aterradoros, sem solução.

A Câmara Municipal de Londrina, em face dessa assustadora onda de crimes, vem, respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência os mais ingentes esforços no sentido de encontrar solução para tal situação, a fim de proporcionar um pouco de tranquilidade à tão castigada família londrinense, mesmo porque a impunidade dos responsáveis por esses hediondos delitos, ocasionam o aumento progressivo desses lamentáveis acontecimentos.

Certa esta edilidade de contar com todas as providências necessárias para minimizar essa grave situação, vale-se da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de superior estima e distinta consideração".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como a imprensa toda. O SR. OTÁSSIO PEREIRA — (termina de ler) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como a imprensa toda do Paraná já teve oportunidade de noticiar alguns crimes hediondos ocorridos em nosso Estado, vimos a esta tribuna, hoje, para ler uma solicitação, da Câmara Municipal de Londrina às nossas autoridades, no sentido de que providências urgentes sejam tomadas para tranquilizar a fa-

mília de nossa terra.

São essas as nossas palavras.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Tem sido clara nossa opinião a respeito da existência de empresas públicas.

Achamos justificável a estatização em setores que não poderiam ser ocupados pela iniciativa privada nacional — pelo porte ou natureza dos serviços prestados — como é o caso da venda de energia elétrica, telecomunicações, telefonia, água esgotos e outros.

Da mesma forma, é sabido que entendemos maléfica a existência pública em setores que poderiam ser desempenhados pela administração direta do Estado, a exemplo da EMO-PAR mera intermediária entre o Poder Executivo e empreiteiros, que furta ao Legislativo a oportunidade de fiscalizar os negócios de vulto que se realizam na área de obras públicas.

Embora apoiemos, como instituições necessárias, empresas como COPEL, SANEPAR, TELEPAR, Banco do Estado e assemelhadas cuja presença estatal não permite a penetração de empresas estrangeiras em setores de serviços essenciais, achamos que o poder público não está utilizando bem sua ingerência, como acionista majoritário, para reverter em favor do contribuinte essa sua participação.

Porque, na verdade, se é o Estado o acionista majoritário dessas empresas, em última análise, isto quer dizer que acionistas de última instância somos nós, os membros da comunidade paranaense.

Que essa realidade não tem sido bem interpretada, pode-se constatar pelo desentrosamento existente entre essas diversas empresas e os órgãos da administração pública direta.

Exemplo gritante é visto diariamente em qualquer rua da cidade, onde tais empresas abrem sucessivos buracos para os serviços diversos, danificando irremediavelmente o pavimento pago pelo contribuinte, quando lógico seria que seus trabalhos fossem simultâneos e determinados em comum acordo com a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Mas, não é este, ainda, o tema que pretendemos realçar.

Tivemos, nesta Casa, a semana passada, a presença do Senhor Secretário da Administração, que muito bem expôs as motivações de se empreender um projeto definitivo para o Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, como exigência para dinamizar as decisões administrativas do Estado e favorecer as relações entre o público e repartições.

Entendemos essa última finalidade como realmente importante: a comunicação entre servidores, mesmo a nível secretarial, pode ser feita no espaço físico de uma mesma cidade, porque tais cidadãos são pagos para realizar as funções que desempenham, embora, realmente, o ideal seja a proximidade física, estreitando e facilitando tais contatos.

Mas a centralização é importante, porque permite ao interessado percorrer todos os canais de serviço público dentro de um espaço físico limitado.

Isto é essencial, principalmente para prefeitos e vereadores do interior, no caso do agrupamento das secretarias no Centro Cívico.

O dinheiro que será poupado pelas partes, em tempo e deslocamentos, pagará em pouco tempo essa grande obra.

A mesma filosofia, o mesmo entendimento, justificaria do Estado uma coordenação na ação das empresas em que é acionista majoritário, em favor do público, em favor da comunidade. Hoje vemos o cidadão comum perdendo tempo e se esfalfando para cumprir suas obrigações com o poder público e com as empresas de serviços. Num dia e num local, paga o imposto predial; noutros dias e em diversos lugares ou bancos,

paga telefone, água, luz e quaisquer outras obrigações fiscais pelas quais seja onerado.

Em termos de hora-trabalho isso constitui um desperdício que, aquilutado a nível de volume, prejudica a comunidade.

A nível individual, esse desperdício aborrece e dá despesas ao cidadão.

Dá a sugestão que hoje faço ao Governo do Estado, uma sugestão positiva, um apelo mesmo, para o qual contamos com o integral endosso desta Casa.

Vemos as empresas públicas investir em veículos, prédios, acarpetamentos, etcétera e tal, para favorecer o ambiente de trabalho dos seus funcionários.

Acho válido que se lhes dê conforto, nada tenho a criticar.

Mas jamais vimos, e isto sim lamentamos profundamente, que tais empresas investissem para dar conforto ao usuário, ao contribuinte, ao cidadão, que, em última análise, além de ser seu cliente, é também o seu principal acionista.

Jamais nós vimos uma só companhia mista, uma só autarquia, uma só empresa pública, investir em favor do cidadão, do seu acionista, para lhe dar conforto, para lhe dar comodidade.

Então eu quero sugerir aqui, uma medida concreta ao Sr. Governador do Estado, para que determine, respaldado naturalmente pela ingerência que exerce sobre a administração direta e indireta, na qualidade de maior acionista, a criação dos núcleos urbanos maiores do Estado, de centros de serviços.

Tomemos por exemplo Curitiba. Em Curitiba, poderia ser criado um Centro de Serviços, digamos, tipo Jumbo, enorme, que pudesse ali abrigar Bancos, agências bancárias, agências das companhias mistas; então o cidadão que tivesse que pagar água, luz, telefone, impostos, iria neste Centro de Serviços, poupando, ganhando em hora, em hora trabalho, ganhando em comodidade, e não necessitando se esfalfar para cumprir com o seu dever perante o Estado.

Mas alguém pode objetar que um Centro desta natureza poderia causar transtornos, filas imensas, o que anularia em parte a comodidade que se pretenderia dar ao contribuinte.

Então, eu sugiro ao Governador do Estado que em área delimitada pelo Anel Central da cidade, em locais de fácil acesso, seria, destinados espaços locais onde o cidadão encontrasse as agências arrecadoras onde pagar seus tributos e também o serviço de água, luz, telefone e outros que utilize.

Nos mesmos locais, haveria serviços específicos de atendimento ao público onde o cidadão formulasse as suas solicitações, reclamações ou colhesse informações, a exemplo do que acaba de fazer agora a Sanepar implantando na Rua do Rosário um Centro de Reclamações, de atendimento ao público.

Então, seria uma ampliação esta idéia feliz dos dirigentes da Sanepar.

Uma ampliação através do Governo do Estado, um Anel delimitado no centro da cidade que atingisse a primeira periferia dos principais bairros, seriam instalados Postos de Serviço, onde os contribuintes poderiam pagar não só os seus tributos, como também as taxas de água, luz, telefone, etc. etc. e também onde pudessem solicitar informações de que necessitassem do Poder Público, ou onde pudessem apresentar as reclamações que entendessem.

Estas distribuições de agências em torno de um Anel Central, aliadas a uma simultaneidade de cobrança dos encargos diversos, favorecerá ao público, estimulará a pontualidade, e seria uma obra de relevo em favor dos cidadãos, muito mais importante, aliás, do que o próprio Centro Cívico.

Temos certeza de que o Sr. Governador do Estado que sempre se mostrou sensível aos problemas da coletividade, encampará esta nossa idéia, determinará à Secretaria de Educação que coordene este entrosamento das empresas públicas e repartições, fazendo, dos centros de atendimento ao público,

uma realidade aqui em Curitiba, e nos núcleos urbanos maiores, no interior.

Tal reformulação teria uma acolhida gratíssima, e qualquer investimento seria válido, seria justificado e integralmente absorvido pela poupança de horas-trabalho e custeio de transporte.

Nestas condições, Sr. Presidente, nós requeremos à Mesa, que uma vez ouvida a Casa, se remeta uma cópia deste nosso pronunciamento, ao Sr. Governador do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

No dia 19, sábado, Dia da Bandeira, auriverde pendão da esperança do nosso querido Brasil, estivemos nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com a devida honra, acompanhando Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, este, acompanhado que estava, da sua comitiva à qual estava incorporado o Deputado Aguinaldo Pereira Lima, para inaugurar, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa do meu Paraná, mais duas rodovias importantíssimas para a região do Norte pioneiro, e juntamente com o Sr. Secretário dos Transportes, o "gigante do asfalto" que está construindo este Paraná, que está dando, ao Paraná, um novo aspecto, de acordo com as diretrizes e orientação de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Junior, Doutor Osires Stenghel Guimarães e também com o Doutor Tancredo Benghi e Doutor Vilela Magalhães, respectivamente Secretário, e Diretor do DER, numa manhã ensolarada em que vimos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ser inaugurada mais uma fibra asfáltica, uma estrada vicinal que deixa muito aquém a propalada "casca de ovo".

Deixa aquém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque, na barranca da divisa do Estado de São Paulo, inauguramos um asfalto de primeira qualidade.

Queremos pedir vênha, para encaminhar ao Governador e ao Secretário dos Transportes daquele grande Estado que há quatro anos fazia inveja, ao Paraná, com relação ao problema viário do Paraná, eis que víamos estradas paulistas chegarem às nossas divisas e, nós, não termos condições de tráfego, um requerimento.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para alegria nossa chegamos à divisa de São Paulo, com fartura e, qual não foi a nossa surpresa ao verificarmos que, lá no Estado de São Paulo ainda faltam 3 km para chegar à divisa do Paraná.

Estamos dando condições, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que o produtor, para que o homem das mãos calosas da minha região, para que o produtor de feijão possa levar a sua mercadoria ao mercado soncumidor, que é a grande metrópole de São Paulo.

Assim sendo, estamos elaborando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos elaborando, imprensa do meu Paraná, por intermédio desta douta Assembléia, que haveremos de encaminhar, um requerimento a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado de São Paulo e a Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes daquele gigante Estado, solicitando que faça o seu asfalto chegar até à nossa divisa, para que possamos carrear os benefícios da nossa lavoura, para beneficiar aqueles irmãos operários que lá estão, para que tenham o seu produto, mais barato.

É uma anomalia, Sr. Presidente, dizermos para São Paulo chegar no Paraná, para que venha com seu asfalto.

Há pouco tempo, em toda a periferia da divisa de São Paulo com o Paraná, nos sentíamos envergonhados, muitas vezes, por vermos, vindo do Estado de São Paulo, as nossas estradas sofrerem solução de continuidade.

Hoje, graças a Deus, primeiramente e graças ao Governo dinâmico de Jayme Canet Junior, graças ao gigante do asfalto, Dr. Guimarães, podemos exigir de São Paulo que venha até

a nossa barranca, para podermos escoar as nossas safras; para que os homens que puxam o rabicho do arado e o cabo da enxada, possam ver o seu produto colocado nas grandes metrópoles e em São Paulo; para que os produtores de soja, os homens da agricultura moderna possam ver os seus produtos, o soja, todos os seus produtos, o milho reportável, ir para o grande Porto de Paranaguá.

O que não podemos conceder, o que não podemos admitir é que ainda venham Deputados da Oposição, desta tribuna, para criticar um Governo desses.

Nós ainda estivemos, no sábado, de manhã, inaugurando o graneleiro de Platina, da grande Cidade de Santo Antônio da Platina, e inauguração da ligação asfáltica de Platina a Santo Antônio.

Tivemos, também, uma surpresa ao vermos aquela pequenina Cidade de Platina, toda asfaltada pelo próprio Governador, pelo próprio Governo do Estado, onde aplica o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Está certo que a Oposição não bata mais palmas; está certo que a Oposição não diga que o Governador Jayme Canet Junior é o melhor Governador que já teve o Paraná.

Mas, deve ficar quieta; não deve atirar pedras. Estamos, orgulhosos, Sr. Presidente, com o Governo Canet Junior e não vamos admitir que uma Oposição demagógica venha à tribuna para atirar pedras num Governo que constrói; num Governo que está dando de si, aplicando o dinheiro do povo em benefício do mesmo povo.

É esta a euforia nossa e, a euforia do meu povo; a consagração magnífica e até magnânima quando vemos o Governador Canet e o Secretário Osires Stenghel-Guimarães carregados pelo povo e onde diziam — muito obrigado Governador pelo muito que tem feito pelo nosso Norte e pelo Paraná inteiro.

E é neste instante, Sr. Presidente, é neste instante, Srs. Deputados, sem procurar bajular, apenas defendendo uma causa justa; apenas que a Oposição cesse, que cesse tudo o que a antiga Musa canta, como dizia Camões, quando o poder mais alto se alevanta.

Está levantado o poder de Canet Junior, para dar estradas, para dar escolas e para dar escoamento aos cereais de nossa terra e nossa gente.

E, por isso, não podemos admitir críticas destrutivas.

Queremos, Sr. Presidente, que se diga a verdade, nesta tribuna; que vão ver a estrada de Jacarezinho a Cambará, que é uma estrada de primeira grandeza, que tivemos, também, a satisfação de inaugurar com o Deputado Wilson Fortes.

É essa estrada criticada, Srs. Deputados; um Governo vilipendiado pelos seus adversários comuns; um Governo que é atacado pelos adversários que não querem ver.

E, é a esses adversários que eu lanço, aqui, o meu desafio — vamos percorrer o Paraná, de Norte a Sul, de Leste a para que vejamos, Sr. Presidente, a grandeza do Governo Jayme Canet Junior. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É dever de todo o Governante aplicar com dignidade, com respeito e com altruísmo o dinheiro do Estado.

Só existe um Governador supremo e este está desde o átomo até os astros, que é o Deus de todos, o Deus do Universo. O Estado é soberano, entretanto o governo só tem a soberania enquadrada por um determinado tempo.

Bajular Governo é desprezar o povo; defender o povo...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem, artigo 151.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, não vamos admitir

de ser chamado de bajuladores. Porque o homem que vem mentir desta tribuna, Sr. Presidente, dizer que a estrada de Jacarezinho a Cambará não tem estrada que vá ver e que pare de falar bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Eu quero avisar além do Sr. Deputado Gabriel Manoel, mas a todo o Plenário, que o Sr. Deputado Lúcio Machado está falando no Grande Expediente, portanto, é válido o aparte. O mesmo poderá ser aparteado pelos Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sabemos, de antemão, Sr. Presidente, pela ordem, que não dá aparte. Agora, fizemos a nossa oração, fizemos a nossa polêmica e não vamos admitir, Sr. Presidente, a não ser que V. Exa. queira ver esta Casa tumultuada, que nos chamem de bajuladores porque bajulador é a vozinha do Deputado que está na tribuna.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, esta Casa precisa se reencontrar com a compostura, Sr. Presidente. Esta Casa, Sr. Presidente, precisa cumprir o seu Regimento. Se a Mesa, Sr. Presidente, não tem condições de conduzir a sessão, nos termos em que deve ser conduzida, tem V. Exa. no instrumento para levantá-la ao momento que desejar e ao momento em que fôr preciso.

Só recomendar à Mesa, Sr. Presidente, que faça cumprir o Regimento para que não se perca esta Casa, e para que não se perca também a compostura.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Respondendo a questão de ordem, esta Presidência tem a informar ao Deputado Enéas Faria, que, primeiro vai tentar por todos os meios democráticos que esta sessão tenha o seu prosseguimento normal, a não ser que por parte dos Srs. Deputados não haja o respeito parlamentar, o decôro parlamentar.

Mas, desde que isto não aconteça, esta Presidência procurará manter a sua sessão até o final.

E retorna a palavra, de direito, ao Deputado da tribuna, Lúcio Machado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao líder do MDB, Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, vive neste instante, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um dos dias mais negros da sua história. A descompostura pretende imperar neste Plenário.

E os Deputados, Sr. Presidente, como a Presidência, não podem tolerar atos desta natureza, Sr. Presidente. Não podemos admitir que Deputados malcriados pretendam tumultuar os andamentos desta sessão. Por isso eu requeiro a V. Exa., Sr. Presidente, que suspenda esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência suspende a sessão por dez minutos.

(É suspensa a sessão por dez minutos)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está reaberta a sessão.

Pediria a gentileza do Deputado que está na tribuna, que aguardasse ser completada a Mesa.

(Pausa)

Antes de devolver a palavra ao Deputado que estava na tribuna, Deputado Lúcio Machado, esta Presidência pediria encarecidamente aos Líderes do MDB e da ARENA, que de uma forma ou de outra, procure colaborar com seus liderados para que esta Presidência possa dar continuidade aos trabalhos. Para que esta Presidência não tome medidas drásticas e até anti-regimentais com os Srs. Deputados.

Porque não vamos mais permitir de maneira nenhuma que novamente aconteçam fatos como estes de há pouco.

E pediria também os Srs. Deputados, que quando da

tribuna, procurem moderar os seus pronunciamentos, não atacando diretamente qualquer um dos Srs. colegas.

Porque caso contrário, cassarei a palavra de imediato daquele Deputado que não tiver comportamento regimental.

Retorno a palavra ao Deputado Lúcio Machado, descontando-lhe o tempo que lhe é reservado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente. Inicialmente, quero manifestar o meu mais alto respeito a V. Exa., pela atitude que promete tomar, a partir deste instante, em nome do decoro deste Parlamento.

E que o episódio ocorrido nesta sessão, repetido infelizmente, por tantas e tantas vezes, pelo mesmo autor, seja constatado de ata. Pois pediremos a cópia na íntegra para interpelação na Justiça Judiciária.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna em data de hoje, para manifestar a integração de nossa atividade parlamentar.

A manifestação de luta e de apoio à Assembléia Nacional Constituinte, que vem pregando a Oposição diante a todas as dificuldades, nos quatro cantos da Nação brasileira. (Lê): "O princípio de liberdade é o direito sagrado que representa o fundamento de toda ordem social.

Sem liberdade não há justiça, sem justiça não há progresso, só a liberdade com autodeterminação diante da personalidade humana e das condições históricas da sociedade, pode permitir o homem atender a urgente exigência de sua elevação espiritual.

O país só se evoluirá para uma liberdade perfeita estruturando o sistema de Governo dentro dos preceitos de pura liberdade que é a democracia insenta de corpos estranhos, de excepcionalidade, de dispositivos ameaçadores e violentos.

A força aceleradora da Cultura humana e as aspirações progressistas do liberalismo, alcançarem as declarações dos direitos do homem, cuja essência ideológica foi objeto de pesquisa da ciência política moderna.

Buscamos na história européia e muito principalmente o estatificado na Carta Magna de 1.215, do Ato "HABEAS CORPUS". 1:679, as primeiras declarações dos direitos fundamentais da pessoa humana.

"Proteção contra as prisões.

Arbitrárias e Direitos de ser ouvido pelo

Juiz, bem como o amparo para responder através de ampla defesa sobre o delito."

Vivemos, apesar do juramento de obediência à declaração dos direitos do homem, de 26 de agosto de 1789" o cerceamento da cultura e do desenvolvimento nacional, em todas as suas áreas perseguida pela censura, violentada pelo AI-5, punida pela prisão efetuados por ordem daqueles que têm os poderes para acionar os mecanismos do arbítrio incorporados à nossa Lei Maior.

A Constituição Brasileira de 1.969, no capítulo quarto Art. 153, § primeiro afirma.

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção

de raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas."

Se todos são iguais perante a lei, não poderia haver exceção de tribunais de julgamento, não poderia haver excesso de liberdade para uns e prisões ilegais para outros, e não haveria se não fosse as leis de exceção incorporadas à lei fundamental e maior da nação, a Constituição, de todas as cartas Constitucionais Brasileira apesar de seus defeitos naturais, a que mais se destacou foi a Carta Constitucional de 1.946, principalmente com referência aos direitos e garantias individuais.

Já a Constituição de 1.967 no seu longo Artigo 150 com 35 parágrafos estatuiu os principais direitos do homem e suas garantias, anumerando também a falta de direitos e garantias.

Finalmente a Constituição de 1.969, consignada na emenda Constitucional número 1, de 17 de outubro de 1.969,

além da supressão de direitos e garantias, se retalhou através de atos institucionais, idiminui ao quase cerceamento da liberdade, o capítulo "da declaração de direitos" e por último incorpora aos seus ditames o famoso "pacote de abril".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os direitos e garantias individuais, é de vital importância para o constitucionalismo, segundo KANT. "O fim do estado que se concretiza no estado de direito, é a liberdade."

A nação brasileira tem sofrido ao longo desses 13 anos o privativo de liberdade, suas economias tem exauridas de forma nunca vista; individualmente na ordem de 40 bilhões de dólares violenta e incessantes altas do custo de vida, assustadores e crecentes índices de desemprego, empobrecimento generalizado, êxodo rural, rebaixamento do nível do ensino, aumento constante da delinquência e da mendicância

Só temos um caminho, o caminho da salvação nacional, lutar pela Assembléia Nacional Constituinte.

A Constituinte, não é mais nem menos, do que a admissão do sacrifício em busca das liberdades democráticas "ninguém pode viver uma vida sem liberdade".

Ninguém pode ser preso, a não ser depois de devidamente julgado e condenado por tribunais livres, ninguém pode ser maltratado ou humilhado por seus semelhantes, todos são portadores, titulares, donos do direito sacrossanto da defesa e as prerrogativas do julgamento por processo regular.

Os que são submetidos às armas para confessar, confessam crimes que não cometeram.

"QUANTOS SÃO OS QUE TEM SIDO PRESOS INJUSTAMENTE?" O "Habeas Corpus" esse direito legalíssimo, pelo quase o homem é protegido, não pode ser violentado não pode ausentar, estar ausente da Lei Maior, do contexto constitucional, da constituição deste País esse remédio salvador das enfermidades psíquicas nacional, deve ser retornado ao repositório preventivo democrático, o "Habeas Corpus" tem que permanecer o status da democracia, ele é o sinal de passagem proibida de "EXCESSU DE PODER E ABUSO DA AUTORIDADE".

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, que com sacrifício dos mais destacados, a oposição, sem rádio, sem televisão, sem os meios de comunicação importante para chegar a nação, esta pregando, na forma que JOÃO BATISTA da Bíblia pregou os evangelhos "CINGIDO DE PELE DE CAMELO E COMENDO GAFANHOTOS" tem por finalidade altíssima ESTERMINAR A CONCENTRAÇÃO DAS RENDAS NACIONAIS, garantir o DIREITO DO EMPREGO E O SALÁRIO JUSTO, porque, a oposição neste País apesar de abnegados é acima de tudo CRISTÃ, por isso mesmo, não admite o que está acontecendo. . . . Enquanto os abnegados lutam para subsistir os apaniguados esbanjam de forma violenta para não declararem ao imposto sobre a renda,

A CONSTITUINTE pregada pelo M.D.B. num marejamento em águas turvas do oceano nacional, tem finalidades profundas na busca da defesa dos direitos do povo brasileiro "E HORRIVEI, INACEITÁVEI, VIOLENTO," saber que hoje nos dias em que vivemos, os necessitados, os verdadeiros obreiros do crescimento nacional, não tenham educação gratuita, em nenhuma área de ensino, primária, secundária e universitária, "O QUE SE PODE ESPERAR DE UMA NAÇÃO QUE NÃO CULTUA O SEU POVO?"

Quando o próprio ministério da saúde, confirma através de relatórios, que neste País existem 10 milhões de chagasas, 20 milhões de tuberculosas, 25 milhões de doentes mentais, e o sistema de previdência social especializado e governamental como o I.N.P.S., da o atendimento que vem dando aos brasileiros, que compulsoriamente faz crescer através de seu trabalho as riquezas desse departamento nacional previdenciário estatalizado.

A aposentadoria que ao correr dos anos se transforma em

tentáculos da miséria, o seguro DESEMPREGO que praticamente não existe, e ainda mais o direito de participar na escolha dos nossos governantes que desapareceram?

GOVERNADORES NOMEADOS PELO PODER
PREFEITOS NOMEADOS PELO PODER
SENADORES NOMEADOS PELO PODER "OS BIONICOS
PRESIDENTE DA REPÚBLICA INDICADO PELO PODER".

A CONSTITUINTE, tem por objetivos restabelecer o Estado de Direito Nacional O VOTO DIRETO, O SINDICATO LIVRE, A LIBERDADE DE IMPRENSA, E ACIMA DE TUDO O DIREITO DE DISCORDAR DOS GOVERNOS, QUANDO ESTES NAO OBEDECEM OS PRECEITOS LEGAIS DA ORDEM DEMOCRÁTICA.

O BRASIL PRECISA DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO, de uma carta magna que não seja retalhada a última Assembléia Constituinte neste país ocorreu em 1.946, foi quando a nação sentiu a grande transformação nacional, o desenvolvimento da economia resplandeceu na consciência do povo, a Agricultura se elevou a seu nível de economia magistralíssima, o potencial industrial colocou o Brasil em posição das mais importantes perante as nações do globo.

Foi o surto da grandiosidade que lançou cobiça aos mais importantes países da terra "O BRASIL CRESCEU", cresceu em seu produto bruto nacional, cresceu conseqüentemente em suas riquezas, o seu caminhar para o marco do desenvolvimento teve época galopante, até o ponto de um grande estadista afirmar " O BRASILEIRO QUE SENTAR A BEIRA DA ESTRADA, FICARÁ PARA TRÁS. "

Infelizmente, a partir de 1964, um retrocesso dos mais caracterizado da vida nacional, imprimiu uma escalada de empobrecimento, os grupos predominantes sob a justificativa de existência de "BRUCHAS" Denominadas de subversão e comunismo se dedicaram ao casuismo e às medidas de arbítrio a exceção, usando-as como remédio em aplicação a doenças que na realidade até agora não conseguiram provar existir, os meios que na realidade até agora não conseguiram provar existir, os meios e recursos disponíveis da nação, esquecendo que o grande problema nacional, é empobrecimento que acentua cada vez mais.

POR ISSO É QUE QUEREMOS UMA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, é por isso que a oposição agindo tal qual o JOÃO BATISTA, não desiste em semear a palavra de convocação ao povo brasileiro sobre a necessidade de uma Assembléia Constituinte, a oposição, premida pela falta de condições e meios facéis dos quais possui o sistema e o poder, "O RÁDIO E A TELEVISÃO", não se amedronta, não se acovarda, não se enfraquece, a oposição deste país aprendeu desde limiar de sua caminhada a sentir-se revestida de forças sobrenaturais para cumprir com fidelidade o seu dever perante a nação.

A Oposição entendeu que a sua missão não poderia desviar do roteiro objetivo da ciência democrática "O GOVERNO DO POVO PARA O POVO", por isso mesmo, sem temer as ameaças, sem temer a violência, sem temer o privativo de liberdade estabelecido através das disposituras do arbítrio, a oposição continuará pregando aos quatro cantos da nação, até a vitória pretendida "A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE", isto porque a idéia é de salvação deste país, das gentes brasileiras.

Sem luta não há vitória, o valor da luta está na imposição do sacrifício, sem luta não haverá realização de qualquer tarefa, de qualquer objetivo; o sacrifício que está sendo imposto ao MDB na pregação de constituinte no alvorecer do combate já está sendo reconhecido pelo povo brasileiro. NÓS HAVEMOS DE ALCONÇAR OS OBJETIVOS, queremos DEMOCRACIA AMPLA, o DIREITO DE VOTAR PARA ESCOLHER O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, OS GOVERNADORES DE ESTADOS, OS SENADORES DA REPUBLICA, OS PREFEITOS DE TODOS OS MUNICIPIOS BRASILEIROS. NÓS PRETENDEMOS E POR ISSO LUTAMOS, "PELO RESPEITO

À PESSOA HUMANA". Ninguém pode ser preso pelo arbítrio, ninguém pode ser condenado sem que lhes proporcione o direito de defesa, ninguém poderá ficar sem escolas por não ter condições econômicas e meios legais para combater a violência que se primem aos filhos de pais pobres, NINGUÉM PODE SER ESCRAVO DE NINGUÉM ...

TUDO PODER EMANA DO POVO e SÓ EM SEU NOME DEVE SER EXERCIDO.

Preceito constitucional que não pode sob nenhuma justificativa ser velupendiado, porque ele representa acima de tudo a mais altruísta conquista da humanidade.

AI-5 - DECRETO LEI 477 - instrumentos que denigrem através de sua prepotência os poderes constituídos da nação que se diz DEMOCRÁTICA - Humilhado está o Poder LEGISLATIVO o mais importante do estado, o PODER JUDICIÁRIO que raízes profundas se firmam na cultura e segurança do mundo, O PODER DE SEGURANÇA NACIONAL, que tantas nobresas inaltece a sua história - TODOS... TODOS MESMOS, estão humilhados por esses dois instrumentos que se serve o Poder Executivo, denegrindo-o de forma violenta e desconcertando a paz e a própria segurança.

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, não é mais nem menos do que a pregação da salvação nacional, precisamos de uma constituição que garanta ao povo brasileiro a liberdade de se manifestar.

O trabalhador não tem mais condições de continuar trabalhando tanto, o operário das fábricas, quanto o homem do campo, as empresas assumam o vexame das concordatas e falências, os profissionais liberais veem a cada dia sua clientela sem condições de lhes tributar honorários, as favelas e mocambos aumentam assustadoramente, as escolas fecham as portas aos menos favorecidos, a delinqüência e a mendicância tomam proporções violentíssimas.

Que a "ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE", é a única bandeira de salvação, que todos se integram a esta batalha pacífica, de objetivos profundamente firmado na busca das liberdades nacionais.

Somente através de uma "ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE" poderemos alcançar uma constituição que assegure ao país, as prerrogativas democráticas, a segurança, a vida e a liberdade, a proteção ao trabalho, ao emprego, salários justos, escolas para todos, saúde, previdência social, aposentadoria, transporte e habitação.

Democracia é a expressão viva de liberdade, é governo do povo para o povo, democracia é constituição votada pelo povo através os seus representantes, constituição de fato, sem esta lei maior não pode haver democracia, a constituição é a Lei Maior é a Lei Suprema de um país, ela está acima de todas as leis, ela é intocável, intangível, nenhum Governo poderá tripudiá-la sob pena de cometimento de violência nacional.

O M.D.B. quer, o povo brasileiro quer, todos os cidadãos democratas desta nação querem, "UMA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE" querem uma constituição emanada do povo, sem privativo das franquias democráticas, sem mecanismos de exceção, sem arbítrio.

Ninguém alcançará progresso sem liberdade, muito menos uma nação continental como o Brasil, 120 milhões de brasileiros querem, pretendem e lutam em favor do progresso da Nação, todos têm direito à palavra, à ação, à manifestação através da imprensa livre.

Não há inimigo mais terrível, que a corrupção, e como combatê-la, amordaçando os homens? premindo-lhes os direitos de falar? amedrontando-os?

Somente a liberdade, proporciona segurança, progresso e paz.

Salve a Assembléia Constituinte ...

Assembléia Legislativa do Estado em, 15/11/77

(a) BENEDITO LUCIO MACHADO"

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

fazendo brotar, no subconsciente de todas as camadas nacionais o entusiasmo para a integração na luta de pregação à Assembléia Nacional Constituinte. Parece-me que a partir dos primeiros dias desta pregação difícil, como dissemos, como se fosse uma nave jogada num oceano tempestuoso, ela ganha corpo nos quatro cantos da Nação.

Ela recebe apoio desde o lavrador até os profissionais liberais.

Conversamos com algumas camadas sociais e de atividades e todas elas, inclusive dos dois Partidos que exercem a sustentação política deste País, de todas, sempre ouvimos que hoje, mais do que nunca, a Assembléia Nacional Constituinte é uma responsabilidade de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Esta Presidência

lamentava informar ao nobre orador, que o seu tempo está esgotado, e lhe concede mais 1 minuto para a sua conclusão.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente, a Liderança confere o tempo destinado ao MDB, ao Deputado Lúcio Machado, para que Sua Excelência possa concluir a sua oração.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) A Presidência defere, e concede ao Sr. Deputado Lúcio Machado, 15 minutos para as suas conclusões.

O SR. LÚCIO MACHADO — Inicialmente, agradeço ao eminente Líder da nossa bancada, por haver me concedido nesta oportunidade, os 15 minutos que lhe são atribuídos em todas as Sessões deste Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não existe poder maior dentro da instituição do Estado, do que o Poder Legislativo.

É este, o Poder que representa nos Estados federalizados, através das Assembléias Legislativas, a presença de sua população, da população estaduana.

É, acima de tudo, o Poder Legislativo, o Poder fiscalizador por excelência, dos atos administrativos do Governo.

Entretanto, o que se observa nesta caminhada chamada revolucionária, quando o casuísmo tomou conta da legislação democrática e administrativa deste País, é que, este Poder está castrado de suas condições de Poder Fiscalizador; e muito pior, de suas condições de Poder Legislativo, porque as atribuições legislativas deste Poder foram transferidas de forma violenta, para o Poder Executivo, e, por ele exercidas, conseqüentemente com prejuízos naturais e comuns, com prejuízos constantes ao Estado e à Nação.

Da mesma forma, o Congresso Nacional, o Poder representativo de 120 milhões de brasileiros, através de suas duas Casas, que representa a importância da representação democrática, a Câmara dos Deputados Federais, e o Senado da República.

Nós vimos há pouco tempo, em abril deste ano, Sua Excelência o Chefe do Poder Executivo desta Nação, o Presidente desta Nação Federativa, fechar o Congresso Nacional, e legislar emenda, para complementação e modificação da estrutura da Constituição brasileira, o famoso "pacote de abril", uma iniciativa das mais violentas, o diminutivo a este Poder Legislativo que já está diminuído, ferindo a estrutura e o sentimento democrático do povo brasileiro e servindo, inclusive, para as críticas mais violentas de nossos vizinhos de outros países do globo da terra.

Mas não só diminuiu o Poder Legislativo, foi diminuído o Poder Judiciário, alicerçado no seu plano alto de liberdade para manter a justiça social e representar esta justiça, em nome do povo.

Ficou, desta forma, praticamente subvencionado, a determinativa do Poder.

Foi violentado o Poder Judiciário, dono de prerrogativas das maiores, da estruturação da sociedade de um País

Democrático. Foi violentado o próprio Poder de Segurança Nacional, que tem que dar obediência às determinativas não constitucionais simplesmente, mas no caso único, muitas vezes exercido pelo Poder Executivo.

Foi violentado o próprio Poder Executivo, todas as vezes que retalhou a Carta Magna da Nação, estatuinto atos institucionais e, nela apensando determinações contrárias às determinações legais da Carta Constitucional que é a Lei Magna do País.

A conseqüência de tudo isto, é o cerceamento da liberdade, para se dizer a verdade.

É o amordaçamento do representante do povo, no Parlamento, em todas as suas áreas, desde a Municipal até a Federal.

É o medo gerado em todas as áreas de produtividade deste País; é o empobrecimento nacional que está aí.

Prova-se por dados incontestáveis que este País chegou ao endividamento na ordem de 40 bilhões de dólares.

Conseqüentemente, o povo, a Nação brasileira, com milhões de brasileiros, estão pagando e pagando caro o ônus do cerceamento da liberdade que vive a Nação Brasileira.

Só existe um caminho — e este é o único caminho da salvação e ele vai acontecer porque o Brasil é a Pátria de Deus.

Não importa o cerceamento que se coloca na estrada dos pregadores não se dando a eles os meios de comunicação, importantes e necessários para chegarem ao povo com a sua pregação, que é o rádio e a televisão.

Não importa porque a Oposição aprendeu desde cedo, dentro deste bipartidarismo que ela teria que ficar com uma causa porque essa causa é a mais justa e a única que ela seria capaz de abraçar:— A causa do povo. A Oposição sentiu que deveria pregar o ideal que um dia seria entendido e seria, sem dúvida alguma, a expressividade da salvação nacional.

A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a pregação da Assembléia Nacional Constituinte, está ganhando corpo a cada dia. Cada reunião que se faz, no sentido de levar essa mensagem de fé, de esperança e de confiança na libertação nacional, se não tem encontrado multidões para ouvir as mensagens, tem encontrado as lideranças em números, evidentemente, altos que já se encontram preparados para o debate, que se sentem responsáveis pela retransmissão até de casa em casa, até de porta em porta, deste modelo de oração de salvação nacional.

Que leve um, que leve dois, que leve 5 anos mas, tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este País, esta Nação que consideramos ser a Pátria de Deus, há de ser democrática.

Por isso, ao finalizarmos o nosso pronunciamento, dizemos nesta oportunidade — Viva a luta pela Constituição, pela Carta Constitucional Brasileira, isenta de corpos estranhos, isenta de remendos prejudiciais ao progresso nacional.

Muito obrigado — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Consulto a Liderança do MDB, se deseja fazer uso dos minutos que ainda restam.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, consulto a Liderança da Arena se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, para solicitar de V. Exa. a chamada nominal dos Srs. Deputados,

porque, me parece que não há "quorum" para deliberação. O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Esta Presidência atende o pedido de V. Exa. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) 27 Srs. Deputados presentes. Não há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, emendas à Proposição número 537/77, proposta pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constantes do expediente.

Emenda à Proposição número 537/77, de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente.

As emendas serão anexadas à Proposição número 537/77.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente.

Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à C.C.J.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente.

Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à C.C.J.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 23/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 61/77, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND (APAE), com sede e foro na cidade do mesmo nome, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 74/77, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o "MOVIMENTO PARA LIBERTAÇÃO DE VIDAS MOLIVIL", com sede na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 84/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública, através de sua representação no Estado do Paraná, a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL APLUB", com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 105/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MENONITA", com sede e foro nesta capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 112/77, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO SÃO ROQUE", com sede no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 136/77, de autoria

do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "CRECHE LAR ESCOLA SARON", com sede na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 312/77, de autoria dos Deputados Muggiati Filho e Accioly Neto, que dispõe sobre as Sessões Extraordinárias desta Assembléia Legislativa e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 83/75, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que altera o inciso III, do artigo 130 da Lei no. 6174, de 16/11/70. (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO). (Anexo o projeto de Lei no. 47/77, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que versa sobre a mesma matéria). Pareceres da C.C.J. CONTRÁRIO as EMENDAS números 1 e 2 e FAVORÁVEL a EMENDA SUBSTITUTIVA no. 3, da C.F. FAVORÁVEL ambos por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 92/76, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que denomina "AVELINO VIEIRA", a Rodovia que liga WENCESLAU BRAZ — TOMAZINA — PINHALÃO — JAPIRA — IBAITI e LIZÍMACO COSTA. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 120/77, de autoria do Deputado ENÉAS FARIA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS, com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 124/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 107/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar os vencimentos dos cargos em Comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, nos valores que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 127/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que denomina "PROFESSORA BENEDITA ROSA REZENDE", a Unidade Escolar do Horto Florestal, da cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 134/77, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública a Sociedade "SVERDI — Propagação e Cultura", com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 137/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA SÃO BENEDITO CEPRHUSB, com sede na cidade de Apucarana, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 138/77, de autoria do

Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - (S.O.S.) de Apucarana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 139/77, de autoria do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública o "LAR ESCOLA RETIRO FELIZ", com sede e foro na cidade de Guarapuava. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 140/77, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MARINGÁ", com sede na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 144/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 76/77, encaminhando anteprojeto de lei integrando como categoria especial na parte permanente os cargos efetivos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, da C.F. COM EMENDA, ambos por unanimidade e da C.R.H., por maioria.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 256/77, de autoria da CCJ, Mensagem no. 67/77, ex-Proposição no. 389/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CIANORTE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 310/77, de autoria da CCJ, Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 502/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de LIPIONÓPOLIS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares MACHADO DE ASSIS e CARLOS GOMES. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 320/77, de autoria da CCJ, Mensagem no. 18/77, ex-Proposição no. 170/77, aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 321/77, de autoria da CCJ, Mensagem no. 29/77, ex-Proposição no. 187/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de JANDAIA DO SUL, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 340/77, de autoria da CCJ, Mensagem no. 65/77, ex-Proposição no. 387/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ARARUNA, objetivando execução

de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 357/77, de autoria da CCJ, Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 505/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ANDIRÁ, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Stella Maris. ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 360/77, de autoria da CCJ, Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 510/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JAGUAPITÁ, objetivando execução de obras de reparos no prédio da Escola de Aplicação NILSON RIBAS, da sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 361/77, de autoria da CCJ, Mensagem no. 113/77, ex-Proposição no. 515/77, aprova termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 142/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que institui normas disciplinadoras, para declarar de utilidade pública, entidades constituídas no Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Projeto de Lei número 142/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1o. — As Sociedades Cívis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- I. que possuam personalidade jurídica há mais de um ano;
- II. que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários;
- III. que não remunera a qualquer título os cargos da sua Diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

IV. que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório.

Art. 2o. — As entidades declaradas de utilidade pública serão inscritas no Cadastro Geral da Coordenadoria do Bem Estar Social, órgão da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, o qual receberá e averbará a remessa dos relatórios circunstanciados, a que ficam obrigadas as entidades a apresentarem anualmente, dos serviços que prestam a coletividade no ano anterior.

Art. 3o. — Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente:

- I. deixar de apresentar, durante três (03) anos consecutivos, sem motivo justificado, o relatório anual a que se refere

o Artigo segundo desta Lei;

II. deixar ou se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para o qual foi constituída;

III. remunerar, sob qualquer forma, os membros da sua Diretoria, ou conceder e distribuir lucros, bonificações ou outras vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados.

Art. 4o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1.977.

(a) Fabiano Braga Côrtes.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos, à exemplo do que já existe na legislação federal (Lei no. 91 de 28/8/35 e Decreto no. 50.517 de 02/5/61), disciplinar o instituto da declaração de utilidade pública no Estado do Paraná.

São estes os motivos do presente projeto de lei que esperamos mereça a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 142/77.

1. Visa a presente proposição, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, estabelecer normas para a declaração de utilidade pública de entidades constituídas no Estado ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, que objetivam servir desinteressadamente à coletividade.

2. O projeto de lei em questão vem articulado e justificado, atendendo, desta forma, o que determina o artigo 123, do Regimento Interno.

3. Referido plano de lei não apresenta qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua normal tramitação.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa apresentada pelo seu ilustre autor.

4. Nestas condições, somos pela aprovação do projeto de lei em referência, especialmente porque atende às disposições da Lei Federal número 91, de 28 de agosto de 1.935 e da Lei Estadual número 4.399, de 17 de agosto de 1.961.

É o parecer, S. N. J.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1.977.

(aa) Maurício Fruet, Presidente; Osvaldo Macedo, Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ângelo Fagundes, ocorrido na cidade de

Castro.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Bernardo Pusch Júnior.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. representantes paranaenses no Congresso Nacional, bem como aos Sr. Ministro da Agricultura, emprestando o integral apoio desta Casa, à Moção número 03, apresentada pela Associação Comercial de Maringá, na XXV Reunião Plenária das Associações Comerciais do Paraná, visando a não aprovação da chamada Lei dos Cultivadores.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de pronunciamento feito da tribuna, ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que tome conhecimento da sugestão e do apelo formulado.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando que os Projetos de Lei número 63/76 e 136/75, voltem a tramitar separadamente, respeitada, contudo, a decisão plenária de aprovar os referidos projetos em 1a. discussão, solicita ainda, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei número 63/76. Em discussão.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 23, 61, 74, 84, 105, 112, 136 e 312/77,

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 83/75, 92/76, 120/77, 124, 127, 134, 137, 138, 139, 140 e 144/77, e de Resolução números 256/77, 410, 320, 321, 340, 357, 360 e 361/77;

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 142/77.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 132/77.

Levanta-se a sessão.